

Materiais hospitalares de consumo	266.410	247.381
Materiais hospitalares de reposição	113.920	96.194
Medicamentos	307.275	207.661
Demais Materiais	145.244	171.903
	997.739	888.601

7. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

a) Composição

	2012		2011	
	CUSTO	DEPREC. ACUMUL	LIQUIDO	LIQUIDO
Aparelhos Med.e Cirurgicos	2.093.555	(1.115.657)	977.898	1.187.253
Benfeitorias	161.385	(82.076)	79.309	111.586
Equip. Proces. Dados	405.326	(381.598)	23.728	101.459
Equipamento telefônico	7.689	(4.728)	2.961	3.729
Equip. Laboratorio	336.370	(170.905)	165.465	199.102
Instrum. Medic. E Cirurgia	2.392.244	(1.004.963)	1.387.281	1.619.719
Maq. E Equip. de Escritório	104.284	(49.179)	55.105	65.706
Maq. E Equip. Hospitalares	2.458.565	(485.444)	1.973.121	2.136.161
Móveis e Utens. Escritório	173.655	(65.110)	108.545	100.018
(-) Subvenções a realizar	(1.972.068)	-	(1.972.068)	(2.237.076)
	6.161.005	(3.359.660)	(2.801.345)	3.287.657

b) Movimentação

	Saldo 31.12.11	Adições	Baixas	Saldo 2012
Aparelhos Med.e Cirurgic	2.093.555			2.093.555
Benfeitorias	161.385			161.385
Equip. Proces. Dados	402.690	2.636		405.326
Equip. Telefônico	7.689			7.689
Equip.Laboratorio	336.370			336.370
Instrum. Medic. e Cirurgia	2.385.831	6.413		2.392.244
Maq. E Equip. de Escrit.	104.284	-		104.284
Maq. E Equip. Hospitalares	2.390.382	68.183		2.458.565
Móveis e Utens. Escritório	148.935	24.720		173.655
(-) Subvenções a realizar	(2.437.076)		265.008	(1.972.068)
(-) Depreciação	(2.506.387)	(853.272)		(3.359.660)
	3.287.657	(751.320)	265.008	2.801.345

c) Revisão da vida útil; A administração da Entidade, através da avaliação de especialistas externos efetuou a revisão da vida útil dos bens constantes no ativo imobilizado. As taxas de depreciação estimadas ao ano, com base na vida útil dos bens são: Aparelhos médicos e cirúrgicos, equipamento telefônico, Equipamento laboratório escolar, instrumento de medicina e cirurgia, máquinas e equipamentos de escritório, máquinas e equipamentos hospitalares e móveis e utensílios de escritório = 10%. - Benfeitorias, Direitos de uso de software e equipamento processamento de dados = 20%.

d) As Subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica de equipamentos e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado mediante o valor correspondente a depreciação do bem.

8. FORNECEDORES

Descrição	2012	2011
Materiais e Medicamentos	1.531.305	3.081.133
Serviços Medicos Pessoa Juridica	1.079.745	827.695
Serviços Pessoa Fisica	12.608	
	2.623.658	3.908.828

9. HONORARIOS MÉDICOS

Corresponde aos serviço médicos a pagar decorrente das atividade operacionais da Entidade. Em 31 de dezembro de 2012 montam a R\$ 2.290.208 (2011 - R\$ 1.295.753)

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2012	2011
Salários e ordenados	592,946	505,436
FGTS a recolher	93.916	241.263
Provisão de férias e encargos	955.551	728.848
Outras Obrigações sociais e trabalhistas	300.416	248.448
	1.942.829	1.723.995

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2012	2011
Imposto de renda retido na fonte	879.474	226.314
Imposto sobre serviços	495.897	196.750
Pis, Cofins e CSLL Lei 10.833/03	968.607	194.864
	2.343.978	617.928

demonstrações financeiras.

O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2012 por determinação do art.3º,§ 3º, do decreto n. 2.536/98 ,revogado pelo Decreto 7.237/10 que previu: " Art.8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS , o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos.

(b)Apresentação da cota patronal A cota patronal está demonstrada em conta de Receitas e despesas no grupo de " Ordenados e Encargos", e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o déficit do exercício e monta em 2012 o valor de R\$ 2.471.648 (2011 - R\$ 1.855.986).

(c)Ganhos ou Perdas e riscos potenciais, A Cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

23. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Para fim único e exclusivo de divulgação, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) apurado em 2012 de R\$ 1.282.828 e (2011 R\$ 979.553)

24. PACIENTES ATENDIDOS

A Entidade prestou serviços apenas ao S.U.S (Sistema Único de Saúde),atendendo assim a lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Paulo Roberto Mergulhão -Presidente da Pró-Saúde

Paulo Roberto Segatelli Camara - Superintendente da Pró-Saúde

Aluizio Soares dos Santos - Contador Geral da Pró-Saúde

Cledes Aparecido Silva - Diretor Geral - CPF: 040.243.658-00

Adriana Morais G Macagnan - Diretora Administrativa/Financeira - CPF: 030.345.056-80

Marilde Mencato - Contadora - CRC/RO 03720/O-9 S PA - CPF: 689.368.859-87

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica

Examinamos o balanço patrimonial da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA em 31 de dezembro de 2012**, e as respectivas demonstrações do deficit, das mutações do patrimônio líquido (social) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo as principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidencia a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera controles internos relevantes para elaboração adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das praticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público da Transamazônica-Altamira** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE, Continuidade Operacional; 1) O Hospital vem apurando prejuízos operacionais em decorrência da necessidade de repactuação contratual, uma vez que os montantes contratados são insuficientes para fazer face aos custos da operação, consequentemente, apresenta capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto. Conforme nota explicativa nº 1c, a Mantenedora vem implementando esforços no sentido de corrigir esta relação contratual, no entanto, a continuidade operacional da entidade está ligada diretamente a obtenção de recursos com entidades ligadas, esforços para a realização de forma tempestiva de seus recebíveis e principalmente o sucesso da renegociação co contrato de Gestão com o Governo do Estado do Pará.

Outros assuntos, Contratação de seguros, a Entidade não adota o procedimento de contratar seguros para a cobertura de seus ativos.

Altamira, 13 de março de 2013

**LM AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP018.611/O-8**

**Mauricio Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5**